

Débora da Silva Oliveira

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFMG SOBRE A BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR**

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2018

Débora da Silva Oliveira

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFMG SOBRE A BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Ângelo Gariglio

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2018

Dedico esse trabalho principalmente àqueles que me apoiaram na escolha, continuidade e conclusão do meu curso. Pois sem o apoio de vocês não chegaria onde estou.

AGRADECIMENTOS

Não cheguei aqui sozinha, neste caminho muitas pessoas me ajudaram e apoiaram em diversos momentos. À todos vocês meu muito obrigada.

Obrigada por terem me incentivado a correr aos meus sonhos e acreditar que era possível. Obrigada por terem me dado colo e apoio nos momentos difíceis.

Antes de todos os demais gostaria de agradecer à minha família especificamente meus pais, por terem me dado força e fé para seguir nessa jornada e por terem suportado junto comigo todas as dificuldades.

Gostaria de agradecer em especial à toda família Rocha e Ibiapina que tanto me incentivaram e apoiaram para estar na Universidade, seguindo meus passos e me ensinando muito mais do que o conhecimento acadêmico mas, o conhecimento sobre o mundo e as pessoas.

Aos meus inseparáveis colegas de turma e amigos que fiz durante esse percurso meu muito obrigada. Ao trio, Bruno Cavalcanti, Laura Fonseca e Joyce Corrêa por todos os momentos.

Aos professores dessa Universidade que tanto me ensinaram durante esses anos e ao meu orientador, Prof. José Ângelo Gariglio, por ter tido paciência em meu guiar nesse último trabalho.

Gostaria de dizer aos amores que tive e tenho durante esse percurso que, o companheirismo nas horas lindas e difíceis me fizeram uma pessoa melhor.

À Fundação Universitária Mendes Pimentel e às políticas de assistência estudantil que, me deram suporte financeiro para a conclusão da graduação em Educação Física.

A saída é a esquerda e as políticas sociais de amparo aos necessitados são de tamanha importância. A mais investimentos na educação e na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Por um mundo melhor.

Obrigada à tod@s.

RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de licenciatura versa sobre uma investigação que tem como objeto central de análise as percepções que professores do curso de Licenciatura em Educação Física (EF) da UFMG tem sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para estudar o tema em questão foi utilizada uma abordagem qualitativa - descritiva com coleta a partir de entrevista semiestruturada com cinco docentes do curso de EF da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que, ministram ou ministraram uma das disciplinas do eixo 5 - Conhecimento Pedagógico da Educação Física na Educação Básica (CPEF). Com as análises foi possível observar certo desconhecimento, por parte significativa dos professores do curso acerca do processo de construção e da BNCC. Tal achado revela que a política de fomento à formação de professores, com vistas ao enraizamento da BNCC nas escolas, precisa levar em consideração os professores universitários e a constituição dos currículos de formação inicial.

Palavras chave: Base Nacional Comum Curricular. Formação de professores. Formação inicial. Licenciatura em Educação Física.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I É INTRODUÇÃO	6
JUSTIFICATIVA	9
OBJETIVO.....	15
PERCURSO METODOLÓGICO.....	15
Sujeitos da pesquisa	15
Coleta de dados	18
Cuidados éticos.....	20
Análise dos dados	20
CAPÍTULO II É ANÁLISE E DISCUSSÃO	22
APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DOS PROFESSORES COM A BASE	22
O conhecimento sobre o processo de construção da BNCC	23
As aproximações diversas com o conteúdo da BNCC	32
Os distanciamentos diversos sobre o conteúdo da BNCC.....	36
O IMPACTO DA BASE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIVERSIDADE	38
CAPÍTULO III É CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES	45
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	45
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ...	47

CAPÍTULO I É INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre as percepções que professores do curso de licenciatura em Educação Física da UFMG tem sobre as orientações curriculares para o ensino da Educação Física escolar (EFE) contidos no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tal objeto de estudo nos parece de extrema importância porque qualquer política curricular que tem como objetivo modificar a prática pedagógica dos professores na escola deve envolver, em alguma medida, os professores formadores que atuam nas universidades.

Minhas primeiras aproximações aos temas escolares foram realizadas buscando trazer a Educação Física enquanto campo de formação e atuação junto à comunidade. Realizando leituras, resumos, críticas, debates e pareceres sobre documentos que são diretrizes para os professores. Além de debates sobre as vivências pessoais dos colegas de turma durante as aulas da disciplina de Formação e Atuação Profissional em Educação Física.

Para além dessa disciplina, algumas outras me proporcionaram momentos de elucidar questões relacionadas ao currículo das escolas e o currículo de formação de professores. Durante esse período, tive contato com a BNCC por meio da disciplina de Educação Física, Corpo e Cultura onde, toda a turma foi responsável por ler e repassar suas críticas aos demais. Para além de podermos ter aproximação ao Portal da Base. Que, nesse período estava recebendo propostas por meio de consulta pública. Ao final da graduação, realizei a disciplina optativa Cultura, currículo e Educação Física para elucidar sobre a temática. Que possibilitou não só aos licenciandos, mas também aos bacharelados em EF da EEFETO a possibilidade de compreenderem empiricamente e na prática sobre a cultura curricular.

Assim, durante o primeiro período do curso pude ter o primeiro contato com alguns dos documentos que norteiam a prática pedagógica dos professores e, em como o currículo de formação de professores está estruturado, suas tensões e conflitos, para além das faltas e sobras de conteúdos.

Ao mesmo tempo em que por meio de algumas disciplinas eram realizadas aproximações ao campo a EF escolar, algumas das disciplinas divergiam com os

debates realizados. Outras não realizavam qualquer embate entre o que se aprende na Universidade e o que será realizado no chão da escola. Fugindo da realidade a qual os graduandos foram em busca da descoberta e entendimento.

Desde as primeiras percepções a cerca da especificidade da EF escolar, foi possível perceber certo distanciamento de um grupo de professores à temas ligados à EF escolar.

O corpo docente dessa escola está dividida em dois grupos. Os pertencentes ao Departamento de Educação Física (DEF) e os docentes locados no Departamento de Esportes (DESP). Que juntos integram o corpo docente dos cursos em Educação Física nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado diurno e noturno. A divisão dos docentes nesses dois grupos coloca em evidência principalmente as diferenças existentes entre os grupos.

O grupo formado pelos docentes do DEF são àqueles com afinidade aos temas relacionados às Ciências Humanas e Sociais. Enquanto os membros do DESP são voltados para a Ciência do Esporte e Saúde.

Assim, os debates promovidos sobre a EF escolar em boa parte e, talvez todas às vezes, foram iniciadas e fomentadas por professores que integram o Departamento de Educação Física e que interessam-se diretamente com a temática. Demonstrando falta de interesse e em boa parte dos momentos, desconhecimento, sobre assuntos relacionados à EF escolar por parte dos demais professores.

A partir dessa falta de pareamento de conhecimentos e da busca pela informação, não só eu mas, colegas do curso percebemos a falta de empatia de alguns professores a temática. Desde então o questionamento sobre como eles percebiam a área e, em como isso afetava o planejamento das aulas veio a tona.

Afinal, os docentes do curso estão integrados as discussões que fomentam o campo de atuação dos seus alunos? Participam dos debates e colocam a sua opinião a cerca do tema? Interessam-se e buscam se formar para posteriormente formar novos profissionais?

Buscar as respostas para essas e outras perguntas me fizeram indagar alguns desses professores sobre a Base Nacional Comum Curricular, proposição de base curricular realizada pela União que, busca criar um currículo orgânico e básico para a educação brasileira.

Atualmente o Brasil busca por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹ levar para todos os alunos do ensino básico uma gama de conhecimentos reconhecidos pelos envolvidos em sua escrita como necessário à todos. Segundo o documento (BRASIL, 2018), esses conhecimentos são para que estes alunos possam mobilizar as habilidades desenvolvidas dentro da escola em sua vida cotidiana, exercendo a cidadania e até mesmo uma vaga no mercado de trabalho.

Não se restringindo apenas em como o documento irá nortear a formação do ensino básico, a BNCC vem, segundo seus autores, a BNCC vem também para:

[...] contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2017, pág. 8)

Dessa forma, busquei a partir desse estudo compreender quais as percepções que os docentes do curso de licenciatura em EF da UFMG tem a cerca da BNCC. Compreendendo que este veio para realizar diálogo não somente com os currículos das escolas básicas mas, com as demais esferas que dialogam para juntas protagonizarem a educação brasileira.

¹ Não irei me atentar ao que é a BNCC e suas peculiaridades durante a Introdução.

JUSTIFICATIVA

Para compreendermos melhor sobre a BNCC, segue abaixo a definição ao qual se encontra disponível na terceira versão preliminar do documento. Segundo ele,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aplica-se à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2018, p. 7).

A BNCC é um documento de caráter normatizador criado como exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)², pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2009)³, pela Diretrizes Curriculares Nacionais⁴ e pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014)⁵.

Ademais, outros documentos vieram antecedendo as versões propostas pela equipe de redação. Assim, no III capítulo da Constituição Federal de 1988 (CF 88), no que diz respeito a Educação, da Cultura e do desporto, em sua Seção I, artigo 210 é colocado que,

² BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

³ BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>.

⁴ BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_04_14.pdf>.

⁵ BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Lei nº 13.005/2014. Brasília, DF: INEP, 2014.

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (BRASIL, 2007, p. 118)

Mesmo a CF 88 sendo ativa a tantos anos, a fixação dos conteúdos ainda não foi realizada. Devido a não criação de um documento base para tal. Um dos documentos resultantes desse empenho para criar esse documento, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, Lei 9.394/96, que coloca diretrizes básicas para a Educação, como a abrangência, seus princípios e fins e a quem se responsabilizará para que a educação seja garantida. Desenvolvendo-a nos mais variados espaços, vinculando ao trabalho e à prática social dentro de instituições de ensino e pesquisa.

O Plano Nacional da Educação (PNE), Lei 10.112/01, também resultante da CF 88, com relação ao Artigo 214 da mesma. Coloca que:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II- universalização do ensino escolar;
- III- melhoria da qualidade do ensino;
- IV- formação para o trabalho;
- V- promoção humanística, científica e tecnológica do País.

(BRASIL, 2007, pág 120).

O PNE busca colocar as metas para a cada dez anos. Assim, as metas giram em torno do que foi colocado no Artigo 214. Procurando de modo a atender o que as leis colocam como essencial na educação.

Assim como a uma série de encontros, reuniões e congressos, com contribuição de especialistas, professores e técnicos da Secretaria de Educação, a BNCC começou a ser criada em 2015. Por meio de encontros entre os especialistas das

Universidades, os professores do chão da escola e os responsáveis políticos, como as Secretarias de Educação.

Ao todo foram cerca de 116 envolvidos para a elaboração da primeira e segunda versões, integrantes de todas as regiões do país. Aproximadamente 700 reuniões realizadas em todo o Brasil com a equipe de especialistas. Mais de 12 milhões de contribuições de especialistas e da sociedade. Onde cerca metade foi realizada por escolas.

Assim, a partir das propostas os especialistas analisaram os dados e criaram categorias, enquadrando as proposições e opiniões. Desse modo, cinco categorias foram criadas a fim de avaliar se as propostas eram coerentes e se mudava algo (BRASIL, 2018). Desse modo, haviam proposições que não terminaram seu raciocínio sobre o objetivo proposto e não traziam contribuições claras, algumas não propunham um objetivo ou não era um objetivo, outras colocavam mais de um objetivo na mesma proposição e/ou o objetivo deslocava o objetivo para um outro ano de escolarização e, havia aquelas que colocavam apenas um novo objetivo na proposição.

O campo das linguagens, composto pela Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Estrangeira foi a área de conhecimento que mais recebeu propostas, cerca de 36% do total. Evidenciando o valor que a sociedade coloca para esse campo. Não obstante ao campo, a Educação Física recebeu cerca de 8% do total das propostas. Enquanto a Língua Portuguesa recebeu 18%, disciplina que mais recebeu proposições na consulta pública.

Ressaltando que em sua terceira versão, a proposta foi dirigida por um comitê gestor. Constituído por autoridades do MEC. Grupo esse então que realizou a indicação de especialistas para revisar e apresentar a terceira e última versão da proposta que, foi apreciada e aprovada do CNE. Para que então pudesse ser homologada.

O processo de construção do documento contou com três versões preliminares. A primeira foi divulgada em setembro de 2015, quando então foi para consulta pública via portal do documento. Em maio de 2016 após análises e revisão da proposição é divulgada a segunda versão que, foi amplamente debatida em fóruns regionais e reuniões do grupo de especialistas em todo o país. Em abril de 2017 a versão

preliminar final é levada para o Conselho Nacional de Educação (CNE) para apreciação e homologação. levada para o Conselho Nacional de Educação (CNE) para apreciação e homologação. Após esse debate no interior do CNE a BNCC do ensino fundamental foi promulgado no ano de 2017. A BNCC do ensino médio foi homologada apenas em meados de 2018.

Segundo o documento, em suas três versões, a qualidade na Educação Básica, o direito de aprender e de se desenvolver dos estudantes da Educação Básica passa pela Política Nacional de Formação de Professores assim como pela Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Infraestrutura Escolar e pela Política Nacional de Avaliação da Educação Básica.

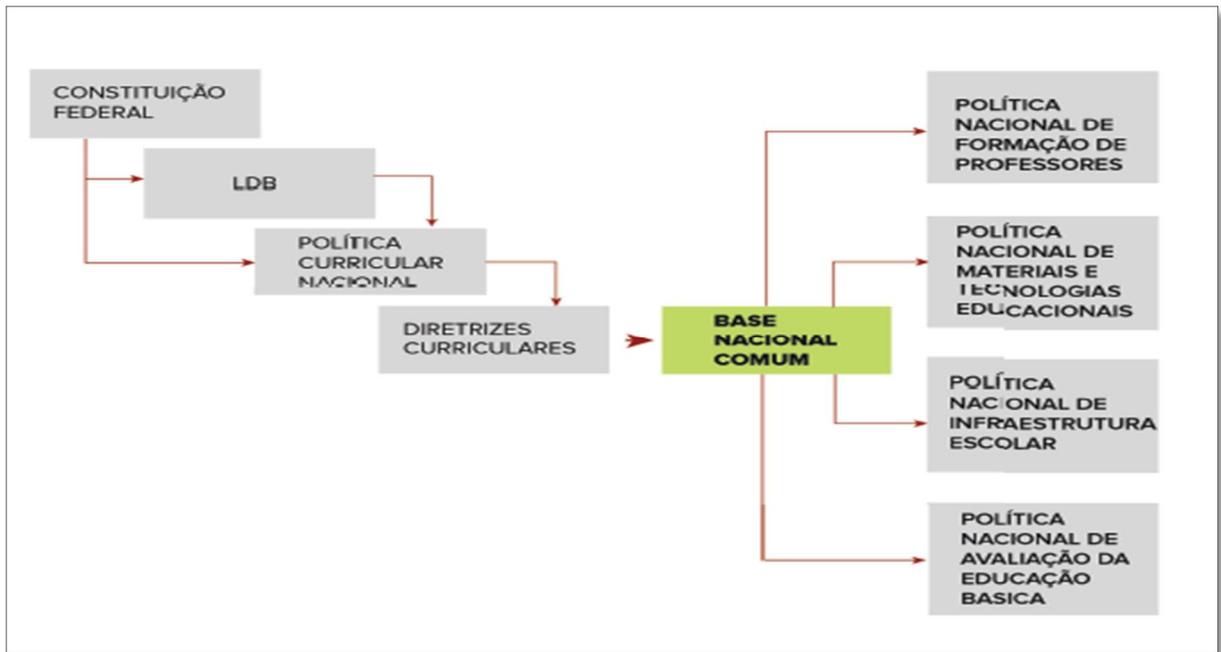
Essa intenção é manifesta em extratos do texto da BNCC descritos abaixo:

Dois rumos importantes serão abertos pela BNC: primeiro, a formação tanto inicial quanto continuada dos nossos professores mudará de figura; segundo, o material didático deverá passar por mudanças significativas, tanto pela incorporação de elementos audiovisuais (e também apenas áudio, ou apenas visuais) quanto pela presença dos conteúdos específicos que as redes autônomas de educação agregarão. (BRASIL, 2015)

As quatro políticas que decorrem da BNCC . Política Nacional de Formação de Professores, Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e Política Nacional de Infraestrutura Escolar . articulam-se para garantir as condições que geram a qualidade na Educação Básica, ou seja, o direito de aprender e de se desenvolver dos/das estudantes da Educação Básica, acolhidos em sua diversidade e em uma perspectiva inclusiva. Desse modo, a existência de uma base comum para os currículos demandara ações articuladas das políticas dela decorrentes, sem as quais ela não cumprira seu papel de contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica brasileira e para a construção de um Sistema Nacional de Educação. (BRASIL, 2016, p. 26)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2017, p. 8)

Imagem 1- Organograma estrutural da Base Nacional Comum Curricular



Fonte: Segunda Versão da BNCC (BRASIL, 2017, p. 26).

Tais orientações descritas nestes extratos apontam para o fato de que a BNCC foi colocada não somente como um documento norteador para a configuração de uma base comum para cultura curricularizada nos diferentes sistemas de ensino, mas também, para orientação de uma Política Nacional de Formação de Professores, inicial e/ou continuada.

O currículo pode ser compreendido em diversas facetas. Que podem se mostrar nas diferentes esferas da educação. Os documentos normativos são uma das primeiras facetas, as que são mais vistas e conhecidas por todos. Esta faceta também pode ser compreendida como currículo prescrito, pois, é um documento de caráter normativo que busca criar e implementar bases para a criação do currículo propriamente dito. Para Sacristán, o currículo prescrito pode ser reconhecido pela sua própria definição, de seus conteúdos e demais orientações relativas aos códigos que o organizam, que obedecem às determinações que procedem do fato de ser um objeto regulado por instâncias políticas e administrativas+ (SACRISTÁN, 1998, pág. 109).

Assim, considerando a BNCC é um documento importante para a articulação de políticas para a formação de professores e professoras que irão estar atuando no ensino básico, vê-se necessário o estudo e entendimento de como a universidade e principalmente os docentes tem lidado com esse documento. Entendendo-o como uma base para as escolas e norteador para o direcionamento das práticas a serem abordadas dentro das salas de aula nas IES.

OBJETIVO

Compreender as percepções que professores do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais têm a cerca da Base Nacional Comum Curricular.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para que pudesse esmiuçar e trabalhar melhor o tema em questão, escolhi utilizar uma abordagem qualitativa descritiva.

Para Gibbs (2009), a pesquisa qualitativa nos permite analisar sobre o que acontece ao nosso redor, sobre o mundo e entender, descrever e explicar alguns acontecimentos. Segundo ele, isso pode ocorrer de diversas formas como analisando experiências e vivências de pessoas e grupos, entendendo que experiências são aquilo que fica e o que toca depois de uma vivência, examinando interações e comunicações e o principal meio utilizado, nesse estudo, a investigação por meio das entrevistas e documentos

A escolha da pesquisa qualitativa como meio para compreender quais as percepções dos professores à respeito da BNCC se deve a possibilidade de criar sentido as falas. A partir do significado dado a cada uma delas. Pela aproximação e possibilidade de tratar os dados e seus sentidos amplamente. Podendo realizar intervenções nos momentos precisos e deduções não só por meio das falas mas do tom e expressões corporais.

Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram cinco docentes do curso de Educação Física que, ministraram aulas para os discentes graduandos em

licenciatura durante o segundo semestre de 2017 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Estes, ministram ou ministraram no mínimo uma das disciplinas do eixo 5 que, integram as disciplinas responsáveis por tratar do conhecimento pedagógico da Educação Física na Educação Básica (CPEF) que,

[...] abrange um conjunto de saberes didático-pedagógicos que são estruturantes da intervenção do Professor, relacionadas ao planejamento, a orientação, a realização e a avaliação do ensino de Educação Física na Educação Básica. (UFMG, 2006, p. 39)

Abrangendo as disciplinas responsáveis pelo ensino dos esportes, das ginásticas, lutas, jogos brinquedos e brincadeiras e das danças, assim como as que são responsáveis por reflexões, diálogos e a aproximação dos graduandos com as escolas.

Por estarem diretamente ligados ao processo de formação no que se difere das demais disciplinas que, tema como foco a metodologia, as funcionalidades fisiológica, mecânicas e culturais da sociedade. Neste eixo as aulas tem como objetivo a orientação para a prática, a avaliação e realização das atividades específicas da Educação Física. Desse modo, seis dos(as) docentes foram convidados(as) para participarem de uma pequena entrevista de aplicação única via e-mail, nos casos em que não obtive resposta à respeito dentro de três dias procurei-os pessoalmente em seu local de trabalho antes ou depois das aulas ministradas ou em suas respectivas salas na UFMG, para que pudessemos marcar data e local para a conversa.

Na tabela que segue abaixo é possível observar alguns dados do perfil dos sujeitos da pesquisa:

Tabela 1- Perfil acadêmico e profissional dos sujeitos entrevistados.

Professor:		Professor 1	Professor 2	Professor 3	Professor 4	Professor 5
Dados pessoais e acadêmicos:						
Ano que entrou na UFMG		2017	1991	1996	1997	2013
Percurso Acadêmico		Mestrado e Doutorado pela UFMG em Ciências do Esporte	Especialização em EF Escolar pela PUC-MG Mestrado em Ciências do Esporte pela UFMG Doutorado em Ciências do Esporte pela Universidade do Porto	Mestrado em EF Escolar pela UFMG Doutorado em Educação Física Escolar pela PUC-RJ ênfase em Antropologia	Especialização em Fisioterapia Mestrado em Educação Física Escolar UFMG Doutorado em Artes pela UNICAMP	Mestrado e Doutorado em Ciências do Esporte
Disciplinas para a Graduação:	Licenciatura	TCC I e II e Ensino de Futsal.	Ginásticas, Ensino de Ginástica Rítmica.	Jogos, Brinquedos e Brincadeiras, Ensino de Educação Física na Educação Infantil e Antropologia e Educação Física.	Danças brasileiras, Educação Física, corpo e cultura e, Folclore e Educação.	Capoeira
	Bacharelado	TCC I e II e Ensino de Futsal.	Ginásticas e Estágio em Ginástica.	Jogos, Brinquedos e Brincadeiras e Antropologia e Educação Física.	Processos de Criação. *Diurno e Noturno	Atividades Práticas Ginásticas e Técnicas de Manipulação em Ginástica Artística
Pós Graduação		Orientador e Professor no Mestrado em Ciências do Esporte	Professor na Especialização Membro do Mestrado Profissionalizante em EF Escolar	Membro do Mestrado Profissionalizante em EF Escolar FAE Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar dos Estudos do Lazer (PPGEIL)	Membro do Mestrado Profissionalizante em Artes Membro do Mestrado Profissionalizante em EF Escolar	Membro do corpo docente da Pós Graduação em Ciências do Esporte
Cargos Administrativos		Sub coordenador do Cenex	Diretoria Integrante do Conselho Universitário	Departamento de Educação Física Coordenação e Sub-coordenação do Colegiado Sub coordenação do Programa de Pós Graduação (PPGEIL)	Diretoria	Vice Diretoria Diretor Interino

Fonte: Dados obtidos nas entrevistas.

Dos seis professores(as) convidados(as) para realizar a pesquisa um deles não se dispôs a participar. Assim, procurei um outro professor que, a época, ministrava o mesmo conteúdo daquele professor que declinou da participação na pesquisa.

Coleta de dados

Análise documental

Segundo Lüdke & André (1986) são considerados documentos qualquer material escrito que possa ser usado como fonte de informação sobre o comportamento humano, como: leis, regulamentos, normas, revistas, jornais, cartas, memorandos, livros e outros.

Segundo Caulley (1981) in Lüdke & André (1986) a análise documental busca identificar informações factuais em documentos a partir de questões ou hipótese de interesse do pesquisador.

Para que pudesse realizar as análise das percepções dos Professores à respeito da Base, usei do documento como base somente para, compreender qual o grau de conhecimento sobre o processo de escrita do documento e, dos conteúdos colocados como importantes para a educação básica. Em nenhum momento a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2015; 2016; 2017) será analisada e sim a percepção dos entrevistados sobre ela.

Desse modo, a BNCC foi incorporada enquanto documento para análise para que pudesse confrontar a fala dos professores com a realidade descrita nas versões dos documentos.

Entrevistas

Para que houvesse uma maior interação com os entrevistados e aprofundamento em pontos relevantes da pesquisa, buscando tirar as dúvidas, foi realizada uma entrevista semiestruturada de aplicação única. Semiestruturada pois, permite com

que no momento da pesquisa e no decorrer possam interrupções e modificações no transcorrer da conversa.

Segundo Lüdke & André (1986) as entrevistas não estruturadas ou parcialmente estruturadas permitem que o entrevistado e o entrevistador tenham uma maior interação. Esta provoca uma influência recíproca entre quem pergunta e quem responde o que pode levar a uma maior fluidez e captação dos dados desejados. Entendo como entrevista semiestruturada perguntas que foram previamente redigidas e organizadas, realizadas verbalmente e pessoalmente entre entrevistado e entrevistador mas que, podem haver algumas alterações a fim de esclarecer algo dito pelo entrevistado, não fugindo do assunto da entrevista (LAVILLE; DIONNE, 1999).

As entrevistas são um dos meios de coleta de dados mais utilizados nas ciências sociais, por permitir a coleta de dados estreitamente individuais e íntimos. A maioria das entrevistas são realizadas individualmente, permitindo até mesmo o aprofundamento de pontos tratados como superficiais o que pode levar a diferença de tempo de aplicação entre um entrevistado e outro.

Para realizar a documentação e registros das entrevistas utilizei meu smartphone e um de seus aplicativos de gravador de áudio. O roteiro das entrevistas contou com três eixos norteadores. No primeiro eixo busquei compreender quem são esses professores, de onde vieram e qual foi o percurso acadêmico e docente. No segundo foram realizadas perguntas buscando compreender qual é o conhecimento destes com relação à BNCC, suas críticas e apontamentos bem como o conhecimento do documento e sua escrita. O terceiro eixo foi ligado a como BNCC é compreendida enquanto currículo e tem ou não impactado a prática docente.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 03 e 16 de setembro de 2017 em lugares de escolha dos entrevistados, variando entre corredores, salas de aula e gabinetes. Com duração média de 30 minutos, sendo a menor com 12 minutos e a maior com uma hora de duração.

Ressaltando que, nesta data a BNCC ainda passava pela apreciação do CNE para possíveis modificações e ai então foi encaminhada para homologação. Desse modo, os professores ainda não tinham como saber qual seria o desfecho das propostas preliminares do documento.

Cuidados éticos

Como em todas as pesquisas, recorri há alguns meios éticos para garantir que, a idoneidade da escolha dos entrevistados, bem como a coleta ou a entrevista não passasse por quaisquer tipo de constrangimentos. Sobre isso, Gibss (2009) aponta que, na pesquisa qualitativa as questões éticas podem afetar principalmente o planejamento e a coleta dos dados.

Assim, antes da entrevista todos os voluntários foram previamente avisados do que se tratava a pesquisa e que poderiam não responder as perguntas bem como se ausentar ou desistir a qualquer momento. Após essa conversa todos assinaram um Termo de consentimento livre e esclarecido (ver Apêndice B: Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE) em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o entrevistado. Somente depois desse procedimento iniciei com as perguntas diretamente ligadas à pesquisa.

Durante a análise dos dados não irei utilizar dos nomes verídicos de nenhum dos sujeitos entrevistados, utilizando-se da anonimização para garantir a confidencialidade e segurança dos entrevistados e do entrevistador.

Análise dos dados

Para a construção da análise dos dados utilizei dos pressupostos teóricos da análise de conteúdo de Laville e Dionne (1999). Caracterizando, esclarecendo e agrupando as falas e expressões ditas pelos entrevistados de modo a desmembrar e criar sentido ao que foi colocado pelos cinco.

Para realizar o recorte das entrevistas usei dos temas abordados pelos entrevistados, o que para Laville e Dionne (1999) pode ser o primeiro e o principal passo para a análise de dados. Assim, nesse percurso, dois temas se tornaram pertinentes e estão desmembrados em subtemas durante o próximo capítulo, que são:

- 1 As aproximações e distanciamentos dos professores com a Base;
 - a. O conhecimento sobre o processo de construção da BNCC;
 - b. As aproximações diversas com o conteúdo da BNCC;
 - c. Os distanciamentos diversos sobre o conteúdo da BNCC.
- 2 O impacto da Base na prática pedagógica da Educação Física na universidade.

Não irei utilizar da quantidade de vezes em que palavras ou expressões apareceram durante as entrevistas mas, de termos e sentidos dados a tais que, se agruparam em mesmo eixo (ver Apêndice A: Roteiro de Entrevista), de forma que, estes tenham ficado em equilíbrio de sentido e significado no que tange a sua classificação como tema (LAVILLE; DIONNE, 1999).

CAPÍTULO II É ANÁLISE E DISCUSSÃO

Neste capítulo tentarei descrever algumas das percepções dos professores acerca da BNCC, em especial, o grau de conhecimento sobre o teor documento e o impacto da proposta na prática docente da Educação Física.

De acordo com as falas dos professores, foi possível chegar à duas classificações gerais. Que, englobam outras sub categorias que irão ser melhor descritas no decorrer desse capítulo. Que são:

- 1 As aproximações e distanciamentos dos professores com a Base;
 - a. O conhecimento sobre o processo de construção da BNCC;
 - b. As aproximações diversas com o conteúdo da BNCC;
 - c. Os distanciamentos diversos sobre o conteúdo da BNCC.
- 2 O impacto da Base na prática pedagógica da Educação Física na Universidade.

AS APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DOS PROFESSORES COM A BASE

A partir da fala dos professores foi possível observar que elas vão ao encontro com três subtemas ligados ao processo de construção da base e ao conteúdo do documento. Que tem significados diferentes dentro de um mesmo tema. As aproximações e distanciamentos com a temática da Base. Que são:

- a. O conhecimento sobre o processo de construção da BNCC;
- b. As aproximações diversas com o conteúdo da BNCC;
- c. Os distanciamentos diversos sobre o conteúdo da BNCC.

O conhecimento sobre o processo de construção da BNCC

Relembrando que, a Base é um documento que começou a ser construído a partir de 2015, com as participações de diferentes sujeitos sociais ligados direta e indiretamente com o ensino na escola (especialistas das universidades, técnicos do MEC, gestores, professores da educação básica). Mas, mesmo havendo um período de consulta pública por meio da internet, alguns dos professores relataram de que, a construção da BNCC não foi a mais adequada.

Seguem abaixo dados obtidos no documento final à respeito da equipe responsável pela redação e análise das propostas.

Tabela 2 - Equipe de assessores e especialistas que compuseram a equipe de redação da segunda versão da BNCC

Equipe de assessores e especialistas		Comissão de especialistas	
Coordenação		Educação física	
Nome	Instituição	Ensino Fundamental I	
Hilda A. L. da Silva Micarello	UFJF	Vagno Ferreira de Sousa	PA/Undime
Isabel Cristina Alves da Silva Frade	UFMG	Elias Carvalho Pereira Junior	ES/Consed
		Marcos Garcia Neira	USP
		Admir Soares de Almeida Junior	PUC/MG
Comitê de assessores		Ensino Fundamental II	
Alex Branco Fraga	UFRGS	Luciana Pegoraro Penteado Gândara	TO/Consed
Begma Tavares Barbosa	UFJF	Alaércio Guimarães	MS/Undime
Edenia Maria Ribeiro do Amaral	UFRPE	Suraya Cristina Darido	UNESP
Edgar de Brito Lyra Netto	PUC/RIO	Santiago Pich	UFSC
Gilberto Icle	UFRGS		
Luiz Carlos Menezes	USP	Ensino médio	
Marcelo Câmara dos Santos	UFPE	João Manoel de Faro Neto	SE/Consed
Marcelo Tadeu Baumann Burgos	PUC/RIO	Marcílio Souza Júnior	UPE
Margarete Schlatter	UFRGS	Vitor Powaczruk	RS/Consed
Maria Carmen Silveira Barbosa	UFRGS	Fernando Jaime González	UNIUI
Maria Eunice Ribeiro Marcondes	USP		
Maria Zélia Versiani Machado	UFMG		
Rosane Moreira Silva Meirelles	UERJ		
Zilma de Moraes Ramos de Oliveira	USP		

Tabela 3 - Pareceristas críticos da primeira versão da BNCC

Pareceristas críticos da primeira versão preliminar	
José Ângelo Garíglío	Universidade Federal de Minas Gerais
Lívia Tenório Brasileiro	Universidade de Pernambuco
Marta Genú Soares	Universidade do Estado do Pará
Ricardo Rezer	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Valter Bracht	Universidade Federal do Espírito Santo
Vânia de Fátima Matias de Souza	Universidade Estadual de Maringá
Anegleyce Teodoro Rodrigues	Universidade Federal de Goiás
Rodolfo Rozengardt	Universidad Nacional de La Pampa Universidad Nacional de Avellaneda

Fonte: Brasil, 2017.

Tabela 4 - Leitores críticos da terceira versão da BNCC

Leitores críticos da terceira versão da BNCC	
Airton Carrião (MG/UFMG)	Flávia Eloisa Caimi (RS/UPF)
Alcilea Augusto (SP/USP)	Flávia Maria Teixeira dos Santos (RS/UFRGS)
Aldo Vítorio Filho (RJ/UERJ)	Iole de Freitas Druck (SP/USP)
Alexandre do Nascimento Almeida (RS/UFCSPA)	José Angelo Gariglio (MG/UFMG)
Amélia Regina Batista Nogueira (AM/UFAM)	José Eustáquio de Sene (SP/USP)
Anis (DF/Instituto de Bioética)	Lívia Tenorio Brasileiro (PE/UPE)
Antonio Hilario Aguilera Urquiza (MS/UFMS)	Luciana Marta Del-Bem (RS/UFRGS)
Carlos Benedito de Campos Martins (DF/UnB)	Luís Donisete Benzi Grupioni (SP/USP)
Cármem Lúcia Brancaglioni Passos (SP/UFSCar)	Luis Fernando Cerri (PR/UEPG)
Carminda Mendes André (SP/Unesp),	Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ES/UFES)
Clara Zeni Camargo Dornelles (RS/Unipampa)	Marcia Paraquett Fernandes (BA/UFBA)
Clarice Salete Traversini (RS/UFRGS)	Marcos Antônio Campos Couto (RJ/UERJ)
Cristiano Alberto Muniz (DF/UnB),	Marcos Araújo Bagno (DF/UnB)
Elisete Medianeira Tomazetti (RS/UFMS)	Marcos Sorrentino (SP/USP)
Eloisa Acires Candal Rocha (SC/UFSC)	Maria Cristina Rigoni Costa (RJ/Unirio)
Filipe Ceppas de Carvalho e Faria (RJ/UFRJ)	Maria Elena Ramos Simielli (SP/USP)
Flávia Maria Teixeira dos Santos (RS/UFRGS)	Marieta de Moraes Ferreira (RJ/UFRJ)
Gilvan Müller de Oliveira (SC/UFSC)	Marta Genú Soares (PA/UEPA)
Helena Maria Bomeny Garchet (RJ/UERJ)	Martha Campos Abreu (RJ/UFF)
Helenice Aparecida Bastos Rocha (RJ/UERJ)	Mauricio Pietrocola Pinto de Oliveira (SP/USP)
Inés Kayon de Miller (RJ/PUC-Rio)	Mendes Oliveira Santos (BA/UFBA)
Luiz Henrique Ferreira (SP/UFSCar)	Mirian Celeste Ferreira Dias Martins (SP/Mackenzie)
Marcelo de Souza Magalhães (RJ/UFRJ)	Nacional de Avellaneda)
Maria Alice Gravina (RS/UFRGS)	Patricia Del Nero Velasco (SP/UFABC)
Maria Cristina Rigoni Costa (RJ/Unirio)	Paulo Cezar Pinto Carvalho (RJ/Impa/FGV)

Maria Teresa Eglér Mantoan (SP/Unicamp)	Pedro Paulo Abreu Funari (SP/Unesp)
Mônica Torres Bonatto (RS/UFRGS)	Ricardo Rezer (SC/Unochapecó)
Nestor André Kaercher (RS/UFRGS)	Rodolfo Rozengardt (Argentina/ Universidad Nacional de La Pampa/Universidad Nacional de Avellaneda)
Renilson Rosa Ribeiro (MT/UFMT)	Rosa Maria de Oliveira Graça (RS/UFRGS)
Rosa Maria de Oliveira Graça (RS/UFRGS)	Rosiléia Oliveira de Almeida (BA/UFBA)
Adair Mendes Nacarato (SP/USF)	Sandra Regina Ferreira De Oliveira (PR/UDEL)
Alexandre José Molina (MG/UFU)	Silvana de Gaspari (SC/UFSC)
Ana Maria De Mattos Guimarães (RS/Unisinos)	Simone Portugal (DF/UnB)
Aneleyce Teodoro Rodrigues (GO, FEFD/UFG)	Sirio Possenti (SP/Unicamp)
Cássia Navas Alves de Castro (SP/Unicamp)	Sonia Kramer (RJ/PUC-Rio)
Cibelle Celestino Silva (SP/USP)	Terezinha da Conceição Costa-Hübes (PR/Unioeste),
Cláudia Estevam Costa (RJ/Colégio Pedro II)	Tizuko Morchida Kishimoto, Valter Bracht (ES/UFES)
Delaine Cafiero Bicalho (MG/UFMG)	Vânia Carvalho de Araújo (ES, UFES)
Diogo Tourino de Sousa (RS/UFSM)	Vânia de Fátima Matias de Souza (PR/UEM)
Dirce Maria Antunes Suertegaray (RS/UFRGS)	Vânia Rubia Farias Vlach (MG/UFU)
Douglas Santos (MS/UFGD), Edleise	Werner Heidermann (SC/UFSC)
Eduardo Salles de Oliveira Barra (PR/UFPR)	Wilma de Nazaré Baía Coelho (PA/UFPA)

Fonte: Brasil, 2017.

Tabela 5 - Grupo de redatores da terceira versão da BNCC

Redatores	
Adriana Ranelli Weigel	José Alves de Freitas Neto
André Luís Ruggiero Barroso	José Luís Marques López Landeira
Andréa Patapoff Dal Coletto	Jussara Cristina Barboza Tortella
Antonio Francisco da Silva Junior	Maria Augusta Querubim Rodrigues Pereira
Celso Amancio de Melo Filho	Priscilla Vilas Boas
Cristina Leite	Raul Borges Guimarães
Ghisleine Trigo Silveira	Ruy Cesar Pietropaolo
Gláucia do Olim Marote Ferro	Simone Laiz de Moraes Lima
Guiomar Namó de Mello	Sonia Maria Vanzella Castellar
Janice Theodoro da Silva	Suraya Cristina Darido da Cunha
João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho	Zuleika de Felice Murrie

Fonte: Brasil, 2017.

Tabela 6 É Grupo de leitores críticos da terceira versão da BNCC

Redatores da terceira versão da BNCC	
Alexandre Jackson Chan Vianna	Egon de Oliveira Rangel
Alexandre Rezende	Fabiano Farias de Souza
Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus	Fernando Jaime González
Ana Paula Martinez Duboc	Helena Copetti Callai
Angela Corrêa da Silva	Hilário Alencar da Silva
Anna Penido Monteiro	Iara Glória Areias Prado
Beatriz Cardoso	Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa
Beatriz Mangione Sampaio Ferraz	Ivan Cláudio Pereira Siqueira
Carolina Machado Rocha Busch Pereira	Jacqueline Peixoto Barbosa
Claudia Maria Costin	João Batista Araujo e Oliveira
Cydara Cavedon Ripoll	Jorge Megid Neto
Dave Peck	José Angelo Barela

Fonte: Brasil, 2017.

Tabela 7 - Equipe de sistematização das propostas realizadas pelo Portal da BNCC

Equipe de sistematização das contribuições ao portal da Base Nacional Comum Curricular	
Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa (Coordenadora)	UnB
Adriana Almeida Sales de Melo	UnB
Alan Ricardo da Silva	UnB
Claudete de Fatima Ruas	UnB
Edgar de Brito Lyra Netto	PUC/Rio
Edna Rezende Silveira de Alcântara	UFRJ
Gilberto Daisson Santos	UnB
Gilberto Lacerda Santos	UnB
Janaína de Aquino Ferraz	UnB
José Ângelo Belloni	UnB
Loureine Rapôso Oliveira Garcez	UnB
Luiz Honorato da Silva Júnior	UnB
Marcelo Tadeu Baumann Burgos	PUC/Rio
Ricardo Barros Sampaio	UnB
Rudi Henri van Els	UnB
Valdir Adilson Steinke	UnB

Fonte: Brasil, 2017.

Somou-se a essa participação, a sociedade em geral, por meio de audiências públicas e pelo portal⁶ criado pelo MEC, destinado ao envio de sugestões e críticas pela forma digital. Sobre a essa participação é importante dizer que o envolvimento e a participação da sociedade em geral e da comunidade escolar ficou aquém do esperado e do necessário. A construção de um documento como esse exigiria, sob nosso ponto de vista, um tempo mais prolongado de debate e a instiuição de canais diversos de diálogo, sobretudo com os educadores e os atores escolares em geral. Em razão disso, entendemos que a construção da BNCC expressou a primazia da ação dos especialistas das universidades.

Diferentemente do que apontamos sobre o desequilíbrio da ação de diferentes sujeitos envolvidos na construção da BNCC, alguns dos professores entrevistados apontaram que, uma das falhas na produção da BNCC, foi a pouca participação de especialistas da área. Para alguns deles ela deveria ter sido escrita e avaliada pelos especialistas em educação/educação física.

O extrato do discurso de um dos sujeitos da pesquisa revela esse desconhecimento:

[...] a construção fugiu de quem realmente poderia fazer isso, eu acho que ela não foi feita por uma pessoa que era da área e sim por pessoas de um modo geral. Principalmente porque em sua maioria eram políticos [...]. (Prof. 5).

É importante dizer que os professores entrevistados revelaram ter conhecimento diferenciado em relação ao processo de construção da BNCC. Alguns relatam não ter conhecimento sobre a fase construção e da existência de espaços/canais de participação da sociedade, outros tinham conhecimento e preferiram não participar e outro ao saber da existência do Portal decidiu por enviar sugestões.

⁶ O Portal da Base foi criado em 2015 com o intuito de ser apoio para que os estados e municípios pudessem colaborar para a proposta. A comunidade em geral pode ter acesso aos diversos materiais que foram produzidos. Como as versões do documento, atas de reuniões, etc. A ferramenta foi desenvolvida em parceria do MEC com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Em relação ao posicionamento de professores que, mesmo sabendo de todo o processo de construção da BNCC e decidiu por não participar, é importante citar as razões desse posicionamento. Elas estão descritas no extrato abaixo:

Quem constrói currículo para o que o professor faça na escola são os intelectuais. Porque são os intelectuais que sabem o que deve ser dado na escola. E não professor. O professor deve cumprir aquilo que as áreas de conhecimento no seu debate histórico e acadêmico entendem que é necessário e é preciso na escola.[...] uma coisa é você abrir pra comunidade e dizer assim, cada um escreve o que quiser e sugere o que quiser. E a outra é construir fóruns de debate.[...] eu não reconheço essa forma de participação legítima, a forma legítima é a partir das instâncias organizadas. Então não aberto onde não existe a possibilidade de debate, onde as pessoas dos mais diferentes locais discursivos fazem as suas contribuições que vão ser ouvidas, recebidas de um outro lugar. Acolhida de um outro lugar. Sintetizada de um outro lugar. Interpretando a diversidade dos lugares de produção discursiva que cada um escreveu. E como você disse, uma coisa é um currículo prescrito e o currículo praticado. A outra é quando o currículo prescrito é lei. (Prof. 4)

O discurso proferido pelo professor revela uma crítica ao grau de normatividade de um documento curricular dessa natureza. Para ele, não somente os especialistas da universidade deveriam ter a primazia da construção da BNCC, mas, sobretudo a comunidade escolar que de fato coloca a ação curricular em curso.

A normatividade da BNCC pode ser entendida como forma de propor um referencial para realizar um controle sobre a qualidade do sistema educativo+ (SACRISTÁN, 1998), segundo o mesmo, esse controle pode ser realizado de duas maneiras, a partir do controle do processo de desenvolvimento curricular, onde se incide maiores olhares para a prática pedagógica dos professores e, o controle centrado no rendimento dos alunos. Nesse caso, corremos o risco de homogeneizar e sermos reféns dos materiais didáticos quando utilizamos do controle sobre o processo de desenvolvimento dos currículos, para além da necessidade de uma grande quantidade de inspetores para averiguar se o currículo proposto está realmente sendo utilizado. Enquanto isso, controlar o produto resultante pode resultar em um aperfeiçoamento dos alunos em determinados conteúdos que serão avaliados. Dessa forma, o sucesso dos alunos nesse tipo de avaliação estaria na mão dos

professores. Desse modo, não existe uma única forma de avaliar esse sistema e, não existe um meio que garanta a real execução do que foi colocado nos currículos escolares, principalmente devido à extensão territorial do Brasil.

Mesmo reconhecendo que parte da crítica proferida pelo sujeito de pesquisa supracitado, ao acessarmos o Portal do MEC criado para divulgar informações sobre a BNCC vemos que houve participação de um grupo diverso de sujeitos vinculados ao campo da Educação e da Educação Física. Segundo esses dados o grupo que coordenou a construção da primeira e da segunda versão da BNCC contou com a participação de 116 pessoas, distribuídas em 29 comissões sendo que, nessas comissões houveram dois especialistas, um gestor ou professor com experiência em currículo e um professor de sala de aula. Na terceira versão, a proposta foi dirigida por um comitê gestor. Constituído por autoridades do MEC que realizaram a indicação de especialistas para revisar e apresentar a terceira e última versão da proposta. Além disso, houve consultas realizada por meio do Portal onde qualquer pessoa e ou entidade educacional poderiam colocar suas ponderações à respeito das propostas colocadas. Assim sendo, entre outubro de 2015 e março de 2016 foram aceitas cerca de 12 milhões de contribuições que, foram sistematizadas e analisadas por especialistas da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Sobre isso Neira, Júnior e Almeida (2016) apontam que a construção da BNCC se revelou como um momento único e singular para a produção de currículos. Pois, para eles, ficou evidente uma preocupação com a participação da sociedade no processo de construção do documento, o que também é importante. Tal visão, portanto, revela-se diferente daquela manifestada por alguns dos entrevistados, quando colocam como ponto frágil da BNCC a pouca participação da sociedade do debate sobre a formulação deste documento curricular.

Ainda sobre o tempo exíguo para discussão da BNCC é importante lembrar que não foram criados canais de diálogo e debate com a comunidade universitária, em especial com os professores formadores, em tese responsável indiretamente pela forma como os currículos escolares são construídos. O desconhecimento de parte dos professores entrevistados revela, em certa medida, que as universidades não foram mobilizadas para participarem efetivamente desse debate.

Apenas um dos entrevistados disse que sabia da existência da consulta e colaborou com propostas para o conteúdo de danças. Nesse mesmo período alunos de uma das disciplinas ofertadas por ele também participaram e deram colaborações. Instigados por diálogos realizados dentro de sala de aula. No caso específico desse professor, a BNCC tornou-se ponto de debates a partir do embate entre a EF e as Danças onde colocaram e xequê o conteúdo de danças nas aulas de Efe. Que, é o conteúdo onde esse professor tem maior afinidade.

Segue abaixo o extrato da fala desse professor:

[...] eu trouxe em 2015 se não me engano, pras discussões dentro de sala de aula. [...] Eu lembro que na época a gente abriu essa discussão na disciplina. Eu mostrei algumas coisas a gente mandou até mesmo na hora assim. Eu me lembro de uma questão que eu enfatizei muito forte né, da importância da dança na Educação Física como cultura corporal de movimento, estabelecer muito claramente o que era fruir em dança, essa relação com a cultura. (Prof. 3).

O momento ao qual o professor se refere as discussões em sala de aula foram fomentadas a partir da leitura e escrita de pareceres críticos sobre as propostas colocadas no documento preliminar. Espaço esse que proporcionou aos alunos daquela disciplina olhar crítico e teórico para futuramente estarem realizando novas propostas no Portal.

Nas buscas em que realizei para esta pesquisa, em um dos artigos disponíveis para consulta à respeito da BNCC é citado o I Fórum de discussão do EDUDANÇA⁷.

Na UFMG a gente ainda tem fórum de discussões. (Prof. 2)

A gente fez o I Fórum de discussão do EDUDANÇA exatamente pra discutir a Base Comum. (Prof. 3)

⁷ O grupo EDUDANÇA foi criado em 2015 com o objetivo de fomentar discussões à respeito da dança. Buscando trazer os temas atuais a dança na Educação Física, na cultura e na educação. Contando com a presença de professores, alunos de graduação e pós-graduação da UFMG e de outras Universidades.

Figura 1 - I Fórum de discussões do EDUDANÇA.

1º Fórum de Grupos de Pesquisa: Educação Física, Dança e Escola reúne professores e alunos na EEFFTO

03/11/2015 | 11:45

Nos dias 28 e 29 de outubro, o auditório da EEFFTO recebeu o 1º Fórum de Grupos de Pesquisa: Educação Física, Dança e Escola - Reflexões Acadêmicas sobre Educação Física e Dança. Participaram os grupos Concepções Contemporâneas em Dança (CCODA), EDUDANÇA e o Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação Física Escolar (PROEFE). O evento teve como objetivo possibilitar a reflexão sobre temas relativos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como a discussão do papel das áreas das Artes e da Educação Física na educação escolar e a elaboração de uma resposta acadêmica à carta de Uberlândia, distribuída e veiculada nas redes sociais e junto a comissão do MEC na UFMG.



Professores e alunos participam do Fórum no auditório da EEFFTO

Na quarta-feira, 28, os professores da EEFFTO Dr. Gustavo Côrtes e Dra. Isabel Coimbra, ambos do departamento de Educação Física, receberam colegas, alunos e convidados para as discussões. Ao longo do dia, foram apresentados dados da Base Nacional Curricular Comum da Educação Física, pelo professor Dr. Admir Soares Júnior, especialista da área de Educação Física na Comissão do MEC. Além disso, outros professores complementaram os debates sobre as dificuldades do ensino da dança na escola, e os embates envolvendo o Curso de Dança e o de Educação Física.

Fonte: Imagem retirada do site da EEFFTO.

Realizado meio aos embates entre a EF e a Dança, devido à dificuldade de separar o que deveria ser atribuído a EF escolar relacionado às danças ou não, o Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Física Escolar (PROEF) junto ao EDUDANÇA e ao Grupo Concepções Contemporâneas em Dança (CCODA) promoveram este fórum com a intenção de abordar a BNCC na UFMG. O fórum contou com um número exímio de alunos e professores. Os que estavam presentes eram os integrantes dos grupos que organizaram o Fórum, alunos das disciplinas ministradas por esses professores. Que buscaram, escutar ambos os lados e procurando estabelecer os limites das atribuições de cada uma das disciplinas e

seus conteúdos. Após o encontro, foi redigida uma proposta de diretriz para as danças dentro da EFe e para as Danças⁸.

O Fórum foi realizado em dois dias no período da tarde. Contou com a presença de um dos especialistas que participou da elaboração da primeira versão e que, explanou um pouco mais sobre o documento e suas propostas.

Este momento foi de significância para que pudesse haver discussões dentro da Universidade de modo transversal, levando em consideração as demais disciplinas escolares, recebendo alunos e professores dos mais variados lugares e cursos. Entretanto, foi possível observar o esvaziamento do espaço. O não comparecimento dos discentes mas, principalmente dos docentes do curso. Que pouco participaram e dialogaram para e com a proposta. A não existência de canais de divulgação e diálogo com a comunidade universitária tornaram evidentes o não envolvimento desse público.

Inevitavelmente, o esvaziamento desse espaço de discussão demonstra de certa maneira o desinteresse e falta de preocupação por parte desses agentes. Pessoas que são ou serão profissionais envolvidos com a prática pedagógica da EF dentro das escolas ou das universidades.

As aproximações diversas com o conteúdo da BNCC

As aproximações vistas por parte dos professores foi observado em partes ou totalmente. Em alguns casos foi possível observar que alguns somente buscaram por informações ligadas a um conteúdo em específico. Não obstante aos conteúdos da Efe está a própria escola e os temas que a circundam, como o currículo em específico.

Considerado a BNCC como currículo prescrito, por servir como orientação do que deve ser conteúdo na escola, ponto de partida para a elaboração de materiais,

⁸ Neste período estava aberta o período de consulta pública. Assim, enquanto grupo os que fizeram parte do fórum escreveram uma carta demonstrando as dificuldades e problemas das áreas.

controle do sistema, etc.+ (SACRISTÁN, 1998), um dos professores vê a BNCC como possibilidade de organização das escolas. Colocado na fala abaixo:

[...] os professores estão muito desassistidos de tudo o que é possibilidade de organização da escola. Então de um certo sentido quando esses professores que estavam mais distantes em contexto de escolarização que não tem acesso aos debates e possibilidades de construção do conhecimento, proposição curricular elas são organizadoras. Mas o fato de elas serem organizadoras também coloca em risco esse direito do professor de ser sujeito do seu próprio currículo. Ou seja, dele se apropriar daquilo e diante daquela região, dizer o que é necessário não o que é mínimo e tem que ser trabalhado. Mas o que aqueles sujeitos demandam pra organização da sua experiência por exemplo, se nós chegamos numa escola rural ou indígena, qual os conhecimentos da Educação Física são necessários para um conhecimento sobre a corporalidade por exemplo, seja em professores em contexto indígena ou rurais e que chega um currículo pronto e que eles precisam estabelecer um a construção de um currículo diálogo. Ao mesmo ele é organizador mas pode ganhar um sentido aplicacionista. Ele é organizador quando não se existe nada. [...] Então qual a expectativa o que isso vai se constituir quando isso for um documento lei. Qual que vai ser a, o impacto disso nas escolas onde uma escola da grande São Paulo uma escola do interior de Curitiba e uma escola do interior do Acre vão operar com mínimos ainda que se caiba uma janela, aqui há singularidades mas o quê que é mínimo? Acho que essas são discussões que a gente vai ter que enfrentar na formação de professores. O risco é de instrumentalização ou seja, você vai ter um currículo e vai ter que formar professores para o ensino fundamental a Educação Física [...] . Eu tenho muitas resistências a essas ideias de base nacional comum. Evidentemente sobre a Base quem pode falar aqui hoje é o Admir. Que ele vive todas essas tensões. Porque a gente vai ter que fazer de conta que nunca teve discussão na educação entre um currículo oficial entre um currículo proposto, entre o currículo praticado e qual o grau de impacto na prática do professor quando ele se torna lei. Essa é a questão. Então quando eu tenho um referencial ele vai atribuir muito mais eixos, princípios e proposições ou seja, ele é um referencial, ele não é uma base curricular nacional comum. (Prof. 4)

Corroborando com a fala do professor, a BNCC ainda deixa algumas pontas soltas no que se refere às demais ornamentações. A realização de obras para atender as demandas colocadas pela própria, a forma com que as universidades vão colaborar para a qualidade do ensino básico brasileiro. As demais proposições que devem estar relacionadas diretamente à Base ainda não foram colocadas o que, retira a responsabilidade dos demais órgãos responsáveis.

Segundo Sacristán (1998), a prescrição por parte da administração educativa é uma forma de propor um referencial para realizar o controle sobre a qualidade do sistema educativo+. As formas de controle são necessárias para criarmos padrões de

qualidade. Mas, a forma com que esse controle será realizado ainda não foi colocado. O que em medida coloca os especialistas e professores preocupados com o grau de normatização que será imposto. Para esse professor, a Base é uma:

Política de moralização. Política de homogeneização. De normatização. De higienização. De objetivação. Políticas de controle. Eu vejo isso como política de controle. [...] nós não estamos criando um sistema curricular mas, um sistema de vigilância. (Prof. 4)

Para Sacristán (1998) esse controle dá autonomia aos sistemas e aos professores, mas para que os professores consigam seu grau de autonomia é necessário que eles sejam provocados por sua formação e competência profissional. O que a ANPED (2015), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, coloca como à culpabilização e demomização dos professores. Como se eles fossem os únicos responsáveis pelos resultados e pela qualidade do ensino.

Relembrando que, a forma de aproximação de um professor para o outro variou no que se refere à profundidade de relacionamento com as temáticas da Efe. Assim, alguns professores realizaram a leitura do documento apenas dos conteúdos que lhes são de aproximação. Como os Esportes, colocado pelo Professor 1.

Eu: Você leu a Base?

Prof. 1: Sim, sim e, tenho profundidade no que tange ao eixo do esporte. Nos outros eixos eu realmente não li. [...] Ela não contempla a essencialidade do fenômeno esportivo. Existem algumas características inerentes ao fenômeno esportivo que não são contempladas na minha perspectiva na Base que foi apresentada. [...] O esporte na minha perspectiva ele pode ser manifestado do ponto de vista educacional, do ponto de vista do lazer, do ponto de vista do alto rendimento, da competição mas, todas essas formas na minha perspectiva elas tem espaço pra serem trabalhadas e discutidas no ambiente escolar. O ambiente escolar é um espaço de formação que não cabe cerceamento de informações. Então o aluno deveria ter acesso a todas as formas de manifestação do esporte ao conhecimento a cerca delas e algumas formas de manifestação não são contempladas pra mim.

Dessa forma, a crítica feita pelo professor coloca a Efe em suas diversas manifestações. Enquanto conteúdo escolar, lazer, competição e alto rendimento. Atualmente algumas escolas, em sua maioria particulares, contam com aulas de alto rendimento de determinadas modalidades esportivas. Para além do treinamento,

estão os campeonatos escolares. Presentes em diversas cidades e estados. Entretanto, a existência de espaço, material e de um profissional qualificado para tais aulas é quase inexistente no sistema escolar público. Compreendo a fala do professor como forma de contribuição para a formação de pessoas que tiveram a oportunidade de acesso às diversas formas de vivência do esporte entretanto, estamos no processo de legitimar a Educação Física enquanto espaço de cultura, da cultura corporal de movimento.

Não obstante a construção de currículos que correm o risco de serem homogêneos em um país multicultural, está a própria construção dos currículos ou da adaptação dos que já existem.

Dois dos entrevistados citaram a BNCC como oportunidade de se constituir e legitimar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) e até mesmo a Educação Física nos currículos escolares. Que compreendem a BNCC como,

[...] possibilidade de legitimar as ações e também uma forma de os alunos, as ações feitas pelos professores. Uma forma de entre aspas %abrir uma possibilidade de reflexão, de diálogo com os alunos. (Prof. 3)

[...] do ponto de vista da docência ela representa alguma importância. Porque de fato os professores estão muito dessasistidos de tudo o que é possibilidade de organização da escola. Então de um certo sentido quando esses professores que estavam mais distantes em contexto de escolarização que não tem acesso aos debates e possibilidades de construção do conhecimento, proposição curricular elas são organizadoras. (Prof. 4)

Assim sendo, a BNCC poderá trazer, para os estados e municípios, formas de adequação e possíveis reescritas e readequações curriculares pois, os currículos já aprovados podem não contemplar a nova diretriz. O que poderá ser uma barreira a ser perpassada.

Após esse período de implementação será necessário uma avaliação que, ainda não foi colocada como será. Como avaliar esses currículos em um país de extensão territorial continental? Assim, alguns dos professores colocaram dúvidas sobre esse acompanhamento.

Somente uma das opiniões a cerca do documento foram convergentes entre os cinco entrevistados, a BNCC como uma diretriz que busca nortear a educação.

Então, o fato de existirem diretrizes é positivo. [...] Eu acho válida a proposição de diretrizes pro processo de ensino, mas diretrizes que desconsiderem, por exemplo, as especificidades regionais dos conteúdos que muito às vezes fazem mais sentido aqui do que em outros contextos [...]. (Prof. 1)

Entretanto, as diferenças existentes dentro dessa mesma cultura, devem ser levadas em consideração. Segundo Sacristán (1998), um currículo prescrito parte do fato de que existirão diferentes realidades culturais e que, as escolhas sobre esse currículo não são inesperadas ou impensadas. Segundo ele o currículo nesse caso deve focar na perspectiva social dos sujeitos. Desse modo, um dos professores coloca a regionalidade como ponto importante a se respaldar. Segue a fala do Professor:

[...] as regionalidades tem que ser respeitadas porque não dá pra você querer. Vou falar um exemplo do conteúdo dança. O conteúdo da dança não tem que ser assim, aqui em Minas e lá no Nordeste. Porque tem uma cultura de dança no Nordeste que diz mais com a realidade deles do que essa nossa cultura aqui. (Prof. 2)

Mesmo sabendo da existência da dificuldade em lidar com a implementação do documento, este é visto como uma avanço para a educação brasileira. Visto que a criação da Base foi colocada a partir da CF de 88 e mesmo assim somente agora, 30 anos depois o documento foi homologado.

Os distanciamentos diversos sobre o conteúdo da BNCC

Criada com o objetivo de obter um currículo nacional orientador, orgânico e progressivo quanto às aprendizagens essenciais para todas as escolas de ensino básico brasileiras. Buscando garantir o direito à aprendizagem e ao conhecimento de forma humana e integral, direcionando para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva+(BRASIL, 2017).

Pensando no que tange os conhecimentos específicos desse documento, foi possível observar que, os sujeitos de pesquisa que leram a proposta se atentaram ou leram somente o conteúdo da área que lhes é de interesse. Mais especificamente, tiveram a preocupação de um ler o a BNCC dizia sobre o tratamento de um conteúdo a qual ele entende que seria um especialista. Por exemplo, a forma como a BNCC trata o Esporte.

Tal realidade demonstra pouco interesse ou um desconhecimento por parte de alguns professores sobre o teor da BNCC enquanto uma expressão de uma política educacional mais ampla. Tal fato revela que tais professores estabelecem relações diferentes com a problemática da EF escolar, preocupação essa mediada por questões que envolvem perspectivas teóricas diversas sobre o que é ou deveria ser o ensino da EF na escola. Aqui fica evidente que professores com trajetórias acadêmicas mais ligadas às ciências do esporte manifestam menos interesse sobre o que representa a BNCC para educação escolar brasileira e para a EF escolar. Contrariamente a isso, aqueles professores mais vinculados a trajetórias acadêmicas mais estreitas com as ciências sociais e humanas, parecem revelar mais disponibilidade e interesse de se inteirar sobre os pressupostos políticos e pedagógicos que subjazem a BNCC. Tal leitura manifesta-se nos discursos dos diferentes professores descritos abaixo:

Eu: Você leu a Base?

Prof. 1: Sim, sim e, tenho profundidade no que tange ao eixo do esporte. Nos outros eixos eu realmente não li.

Eu: Você leu o documento?

Prof. 2: Não, todo não. Igual eu tô te falando. Eu fiquei mais focada em como esses conteúdos que antes eram norteados pelos PCN's como que eles são trabalhados na Base.

Eu: Então você leu especificamente a Ginástica?

Prof. 2: Isso.

Eu: Você leu a Base?

Prof. 3: A atual?

Eu: É, existem três versões. Você leu alguma dessas?

Prof. 3: A, eu acho que eu li a última versão. Porque a gente discutiu na Educação Física, Corpo e Cultura [...].

Eu: Você leu a Base?

Prof. 4: Eu fiz uma leitura pra saber o que era, mas se você me perguntar, eu preciso que me indague sobre ela. Eu não tenho uma aderência, procurei observar mas não fixei os conhecimentos sobre a Base.

Eu: Você leu uma das versões desse documento?

Prof. 5: A versão que eu tenho é aquela anterior ao processo de retirada da EF, da obrigatoriedade da EF. Das artes e da Filosofia.

Esse distanciamento sobre as temáticas que giram em torno da EF escolar se deve muito ao fato de que, boa parte dos investimentos nesse campo acadêmico e profissional iniciaram-se pela possibilidade do desenvolvimento esportivo. Assim, as Ciências do Esporte passou a oferecer maior possibilidade de ganhos financeiros. E de suas pesquisas serem reconhecidas. A importância dada aos esportes dão-lhes legitimidade e espaço para desenvolvimento (BRACHT, 2014)

Assim surgem os afastamentos, a partir do não pertencimento e das dificuldades. Dificuldade não só da legitimidade do campo mas, também ao reconhecimento pelas descobertas e recompensas financeiras e sociais.

O IMPACTO DA BASE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIVERSIDADE

A Base está buscando se configurar como um documento diretriz não só para a educação básica, mas também para a formação inicial e continuada de professores. Desse modo, o impacto que ela está ou irá gerar nos currículos de formação inicial e continuada de professores é de tamanha importância.

A realização do planejamento das aulas a partir das diretrizes e do que será cobrado e dito como necessário para os discentes, é realizado pelo professor responsável, respeitando a ementa e objetivos segundo o PPP do curso.

A BNCC não só será um referencial para os currículos escolares mas, para os PPPs dos cursos de formação inicial e continuada de professores. Já que, as diretrizes de formação e os objetivos que terão de ser atingidos serão redigidas com base no que os alunos da educação básica devem aprender. Um dos entrevistados colocou que a proposta da BNCC deveria ter levado em consideração os cursos de formação de professores. Segue a fala.

[...] a Base Curricular foi proposta sem um profundo conhecimento sobre os currículos dos cursos né, então a simples ausência de diálogo entre a proposta e os currículos já é um problema porque, primeiro, há profissionais que foram formados numa lógica anterior que se a Base for implementada e cobrada e exigida nos ambientes de ensino, não tem formação adequada pra atuar naquela lógica. [...] a melhor forma de qualificar essa base é pensar no currículo de formação de professores. Sem esse caminho não enxergo viabilidade nela. Passa por exemplo, no exemplo que eu citei, por reorganizar os conteúdos e carga horária das disciplinas. Ela cria mais brechas que efetivamente cria condições pra operacionalizar esse processo de formação de professores. (Prof. 1)

Para ele, o não conhecimento dos currículos de formação coloca dificuldades na execução do mesmo. Já que, boa parte dos professores que já estão nas escolas não foram formados para a lógica imposta no mesmo. Podendo até não haver formação suficiente para executar alguns conteúdos.

Para parte dos entrevistados, a BNCC poderá ser uma forma de se repensar a formação de professores. Não só no que tange ao tempo de dedicação e aprendizado mas, no reajuste dos conteúdos ministrado pelas IES.

[...] caso essa proposta continue sendo implementada, continue sendo discutida, eu entendo que vai ser necessário um ajuste no conteúdo. Um ajuste na forma de abordagem nas disciplinas. (Prof. 1)

Alguns dos entrevistados citaram que caso a BNCC seja implementada nacionalmente, as Diretrizes de formação de professores terá de ser adaptada de modo a instruí-los melhor para a operacionalização dos conteúdos nela explicitados. Como por exemplo, a carga horária.

[...] a melhor forma de qualificar essa base é pensar no currículo de formação de professores. Sem esse caminho não enxergo viabilidade nela. Passa por exemplo, no exemplo que eu citei, por reorganizar os conteúdos e carga horária das disciplinas. (Prof. 1)

Atualmente, pode-se dizer que o PPP do curso de Educação Física da UFMG não proporciona aos seus discentes conhecimento suficiente para realizar todos os

conteúdos ditos como necessários na educação básica. Não sendo só os conteúdos mas também a forma de abordagem e metodologia a ser utilizada como meio para o ensino desses conteúdos.

Segundo os entrevistados, uma nova formação inicial e continuada de professores deverá ser pensada. Visto que os aprendizados anteriores não tinham a lógica da BNCC e que muitos destes podem até mesmo não ter visto alguns daqueles conteúdos.

CAPÍTULO III É CONCLUSÃO

Esse estudo buscou entre tudo, compreender quais são as percepções de uma parte do grupo de professores do curso de Licenciatura em Educação Física acerca da Base Nacional Comum Curricular. Com vistas à compreensão do processo de construção do documento, o envolvimento dos mesmos com a proposta e o impacto atual dela nas disciplinas ministradas pelos mesmos na UFMG.

Desse modo, o distanciamento observado por um grupo específico de professores, ligados às Ciências do Esporte, foi perceptível. Não observando o contato com as versões do documento ou até mesmo desconhecimento de como foi a escrita dos mesmos.

Não obstante aos distanciamentos, as aproximações dos sujeitos para e com a temática da Base e da Efe foi parcial, quando os mesmos colocaram conhecer em partes o documento e, até mesmo aquele que para além de fomentar a discussão da mesma dentro de sala de aula, participou da consulta pública realizada via Portal da proposta.

Quanto ao impacto da BNCC nas disciplinas ministradas pelos mesmos na universidade, foi possível observar certo distanciamento com a proposta. Em parte devido à não aproximação da mesma no momento de consulta. Ressaltando que a não constituição de canais de divulgação e diálogo com a comunidade universitária, gestores, docentes e discentes, provocou certo distanciamento dos mesmos com a BNCC. Assim sendo, o atual impacto da BNCC na formação de professores de Educação Física na modalidade de licenciatura na UFMG ainda é muito pequena ou até mesmo inexistente. Não sendo organizadora da prática pedagógica ou se constituindo como referência obrigatória ou optativa das disciplinas.

Segundo os dados coletados, será necessária posterior a promulgação da BNCC o envio das novas diretrizes de formação de professores bem como as possibilidades de formação para que a mesma seja envolvida nos debates em sala de aula. Um achado foi de que, a maioria dos entrevistados, até mesmo o que não se dispôs a fazer parte da pesquisa, se viram bloqueados e desatentos ao documento em virtude do documento não haver vínculo inicial com a formação de professores.

Mesmo que nele seja citado a formação de professores como um dos pilares da educação. A demonstração desse distanciamento e de pré(conceitos) tornou o documento obscuro e desconhecido. Mesmo havendo grandes divulgações de sua existência e de como participar das propostas.

Até então a BNCC foi homologada mas, as diretrizes que deverão nortear a formação de professores não foi enviada aos colegiados de graduação para adequação dos currículos de formação inicial e continuada de professores. Inclusive, a não obrigatoriedade do uso da BNCC para embasar os planejamentos fez com que os professores ainda não a utilizassem como referência nas disciplinas.

Assim sendo, a BNCC atualmente não traz impacto direto e objetivo na formação dos professores e professoras de EF. Demonstrando que ainda não se demonstrou como um documento base para a educação básica num todo.

A construção de canais efetivos de diálogo com a comunidade acadêmica, como fóruns para os diversos cursos de licenciatura. Momentos em que os cursos terão de dar seu parecer a respeito do documento. Assim como a mobilização estudantil, com vistas ao reconhecimento da importância da BNCC e suas propostas, são de total importância para formar professores competentes e conscientes. Para que não se tornem reféns da mesma.

REFERÊNCIAS

ANPED/Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em educação e ABdC/Associação Brasileira de Currículo. **Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular**. Ofício n.º 01/2015/GR. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2015.

BRACHT, Valter. A constituição do Campo acadêmico da Educação Física. In: BRACHT, Valter; Colaboradores ALMEIDA, Felipe Quintão de; VAZ, Alexandre Fernandes; SANTOS, Kefren Calegari dos. **Educação Física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. 4. ed. Ijuí: Ed: Unijuí, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização: Marcos Antônio Fernandes e Anne Joyce Angher. 13 ed. São Paulo: Rideel, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

_____. _____. **Base Nacional Comum Curricular**. Primeira versão preliminar. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. _____. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. _____. **Relatório das contribuições que propõem a inclusão de novos objetivos de aprendizagem ao componente curricular: Educação Física**. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/relatoriosanaliticos/areas/LIN_EDUCA CAO_FISICA_Relatorio_2_3.pdf> Acessado em 30 maio 2018.

NEIRA, M. G.; JÚNIOR, W. A.; ALMEIDA, D. F. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. **Eccos - Revista Científica**, V. 41, Sept. 2016. p. 31-41.

GIBBS, G.; **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1986.

SACRISTÁN, J. G.; **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Projeto Pedagógico de Licenciatura em Graduação Plena em Educação Física**, Belo Horizonte, 22 Maio 2006. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/licenciaturas/pdfs/edu_fisica.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Eixo 1 É Dados Pessoais e Acadêmicos

- 1) Qual seu nome completo e idade?
- 2) Quando você entrou na UFMG? (Caso tenha chegado na UFMG à pouco tempo, perguntar em qual IES estava anteriormente).
- 3) Qual foi sua trajetória de formação na pós-graduação?
- 4) Quais são as disciplinas para a graduação que você ministra na UFMG?
- 5) Está na Pós-Graduação? Qual?
- 6) Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão? Quais?
- 7) Tem ou já teve algum cargo administrativo na UFMG? Qual era ou é esse cargo?

Eixo 2 É A Base Nacional Comum Curricular

- 1) Você conhece a Base Nacional Comum Curricular? O que conhece? E como se deu conhecimento?
- 2) Você leu a documento da Base? Qual versão ou versões?
- 3) Quais suas impressões/opiniões sobre ela? O que destacaria nesse documento de negativo e/ou positivo?
- 4) Participou da fase de consulta pública? Deu alguma contribuição? Qual foi? Se não, por que não deu nenhuma contribuição?

Eixo 3 É O Currículo

- 1) O que você pensa sobre a proposição de um ordenamento curricular para as escolas de educação básica (como o da base) proposto pelo Estado?

2) Qual a sua visão sobre a relação a ser estabelecida entre este ordenamento curricular proposto pelo governo federal e a formação para a licenciatura em EF? Em sua redação a própria BNCC diz que deve ser:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2017, pág. 8).

3) Você enxerga algum tipo de relação ou repercussão da Base no trabalho que desenvolve nas disciplinas na licenciatura? Se sim, qual seria? Se não, porque não?

Referência:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 29 set. 2017.

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Voluntário(a),

É com grande prazer que convidamos você para participar da pesquisa ~~%~~ Base Nacional Comum Curricular e seu impacto na formação inicial de professores de Educação Física na UFMG, desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais sob coordenação do Prof. Dr. José Ângelo Garígllo. O objetivo geral desta pesquisa é analisar em que medida a BNCC tem impactado o planejamento e a prática docente dos responsáveis pela formação inicial de professoras e professores de Educação Física na UFMG. Bem como o conhecimento ou não deste documento e o uso dessas informações em sua prática docente.

Para alcançar esse objetivo, será necessário contar com a participação de pessoas que possam conceder voluntariamente uma entrevista. Caso você aceite contribuir com esta pesquisa, a entrevista será realizada pessoalmente em local, data e horário definido por você e seguirá um roteiro semiestruturado, buscando analisar as suas impressões à respeito da BNCC. Se não for possível gravá-la, serão feitas anotações para registrar suas respostas.

É importante esclarecer que não haverá qualquer despesa de sua parte para a participação neste trabalho, nem remuneração financeira e ou benefícios de qualquer natureza pela sua entrevista, sendo essa participação totalmente voluntária. A sua identidade não será revelada publicamente. Com relação aos riscos, caso você sinta algum desconforto no decorrer de seu relato, terá total liberdade para não responder alguma pergunta ou interromper a entrevista quando e como quiser, sem qualquer tipo de prejuízo. Além disso, você tem garantido o direito de não aceitar participar ou de retirar/cancelar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão.

Todas as informações coletadas receberão um tratamento ético de confidencialidade e serão utilizados somente na pesquisa, sendo mantidas sob sigilo pelo orientador e orientanda da pesquisa. Havendo a necessidade de mais explicações, você terá total liberdade para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir através da pesquisadora responsável pelo e-mail deboraloliveira.edfis@outlook.com.

Acreditamos que esta pesquisa pode contribuir para o conhecimento sobre a política de formação inicial de professores, por isso a sua participação é muito importante. Assim, se você entendeu a proposta do trabalho e concorda em ser voluntário(a), favor assinar no espaço abaixo, concedendo-nos o seu consentimento formal.

Desde já agradecemos pela compreensão e voluntariedade,

Prof. Dr. José Ângelo Garíglío

Coordenador da pesquisa

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____
_____, portador(a) do documento de Identidade n. _____, fui informado(a) dos objetivos do estudo e aceito participar da pesquisa intitulada % Base Nacional Comum Curricular e seu impacto na formação inicial de professores de Educação Física na UFMG+, realizada na Universidade Federal de Minas Gerais sob responsabilidade do Prof. Dr. José Ângelo Garíglío. Declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Portanto, livremente dou o meu consentimento para a realização da coleta de dados.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) voluntário(a)